

Roriz cede a apelo de Oscar Niemeyer

Rovênia Amorim
Enviada especial

Rio de Janeiro — O governador Joaquim Roriz ligou ontem para saber a opinião de Oscar Niemeyer sobre o projeto de lei 2199/2001, que permite a venda de lotes na área tombada do Plano Piloto. Econômico nas palavras, o arquiteto, de 93 anos, deixou claro a rejeição à proposta e pediu que seja retirada da pauta de votação da Câmara Legislativa. Roriz concordou. Prometeu repensar o assunto e ampliar a discussão com técnicos, além de encomendar uma pesquisa para saber a opinião dos moradores de Brasília.

“As recomendações do Plano Piloto devem ser respeitadas e os que acompanharam Lucio Costa naquele projeto, como sua filha Maria Elisa, sempre ouvidos nos assuntos do urbanismo na nova capital”, insistiu o autor dos principais monumentos de Brasília, como a Catedral e o Congresso Nacional. A posição da arquiteta Maria Elisa também é contrária. “Para que mexer na proposta residencial? Vamos dar uma chance a ela, que sequer existiu na plenitude.”

A arquiteta refere-se à proposta de Lucio Costa de garantir qualidade de vida aos moradores de Brasília com a criação das unidades de vizinhança. Espaço onde devem ser construídos equipamentos públicos de uso coletivos, como a escola-parque, o clube social, as quadras de esporte e o posto de saúde. Cada conjunto de quatro superquadras seria atendida por uma unidade de vizinhança. São esses terrenos ainda não edificadas que o governo quer vender. A justificativa é de que estão ociosos há mais de 40 anos.

O telefonema de Roriz foi feito de manhã, antes da chegada do deputado distrital Wasny de Roure (PT) ao escritório do arquiteto, na cobertura de um prédio de formas arredondadas, de frente para o mar de Copacabana. Desde que denunciou o projeto, Wasny anunciou que iria ao Rio de Janeiro, entregar cópia ao arquiteto.

Até às 20h20 de ontem, ele não sabia do telefonema de Roriz. Niemeyer foi discreto e não comentou a conversa quando

Carlos Moraes



MARIA ELISA RECEBE WASNY NO RIO DE JANEIRO: “NÃO ENTENDO ESSE PROJETO DO GOVERNO”

PLANO DIRETOR

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) vai divulgar, nos próximos dias, uma posição sobre a proposta de venda de áreas públicas pelo GDF. Os técnicos do Iphan entendem que a entrega dos terrenos à iniciativa privada, como pretende o governo, vai alterar a destinação das áreas, previstas para a edificação de equipamentos públicos, como escolas-parque, clubes de vizinhança e hospitais. Os técnicos também acreditam que não há cabimento em tratar qualquer proposta como essa longe das discussões sobre o plano diretor do Plano Piloto, lançado há menos de um mês pelo governo.

RISCO DE PRIVATIZAR

■ O projeto de lei 2199/01, de autoria do Executivo, foi protocolado na Câmara Legislativa no dia 22 de agosto. Na justificativa, o governador pede a “lúcida apreciação e aprovação dos deputados” para autorizar o GDF a vender 53 lotes, a maioria no Plano Piloto.

■ As áreas — destinadas à construção de equipamentos públicos, como escolas-parque e clubes de vizinhança — somam cerca de 500 mil m² e foram avaliadas pelo próprio governo

em R\$ 95,2 milhões. Do total arrecadado, 10% seriam destinados à Terracap.

■ Na última sexta-feira, a oposição descobriu o projeto e denunciou a manobra à imprensa. Revoltados, moradores que se consideraram diretamente prejudicados pela medida começaram uma mobilização contra a aprovação.

■ Depois de uma reunião com os moradores, na noite da última segunda-feira, o presidente da Câmara, Gim

Argello (PMDB), se comprometeu a não colocar o projeto em pauta antes de uma ampla discussão com a comunidade.

■ Ontem, o deputado Wasny de Roure (PT) foi ao Rio de Janeiro expor o problema ao arquiteto Oscar Niemeyer. O governador Joaquim Roriz (PMDB) ligou para o arquiteto e, atendendo a um pedido dele, decidiu retirar o projeto da Câmara para repensar o assunto.

recebeu o deputado. “O princípio do Plano Piloto deve ser preservado”, afirmou o arquiteto, depois de ouvir Wasny e oferecer-lhe um café. “Roriz tem coisas boas e ruins. Ele foi o único governador que se propôs a terminar o Eixo Monumental. Quando concluído, o brasiliense terá as áreas de cultura e lazer que lhe faltam”, disse Niemeyer.

IMAGEM NEGATIVA

Era hora do almoço, meio-dia. O deputado entregou dois projetos a Niemeyer — o substitutivo do projeto do Plano Diretor de Publicidade para a área tombada e o que prevê a venda de 53 terrenos, destinados aos equipamentos públicos. O primeiro, o arquiteto não quis comentar. “Você sabe, esse é as-

sunto de urbanismo. Eu não estou interessado”, disse.

As agressões continuadas a Brasília, no entanto, inquietam o arquiteto. O projeto do governo de alienar quase 500 mil m² de terrenos na área tombada só reforçaram a imagem negativa que ele faz ultimamente da cidade que ajudou a construir. “Brasília tem muitos problemas. Eu cos-

tumo falar que as pessoas devem visitá-la num domingo. Nos outros dias, não dá nem para ver o Congresso Nacional, porque está cercado por carros”, lamentou.

Às 14h, na cobertura singela e com bela vista para o mar do Leblon, Wasny foi entregar cópia dos mesmos documentos à filha de Lucio Costa. “Tenho sensação, sempre, de estar num barco, o mar entrando na minha sala”, comentou a arquiteta Maria Elisa, ao oferecer também uma xícara de café ao deputado e explicar que a cobertura foi o primeiro projeto de arquitetura do pai, depois de Brasília. É de 1963.

“Não entendo esse projeto do governo. O governador Roriz, no seu primeiro mandato, mostrou-se preocupado com o tombamento da cidade. Ele gosta de Brasília”, estranhou Maria Elisa. “Vender os lotes é algo que não tem cabimento. Alguém deve ter convencido o governador de que privatizar esses terrenos é o máximo”, indignou-se a arquiteta. “Tem certas coisas em Brasília que não devem ser mexidas. A área de vizinhança é uma delas.”